

2º SIMULADO INÉDITO PARA
**XXXII EXAME
DE ORDEM**

TIPO PROGRESSIVO



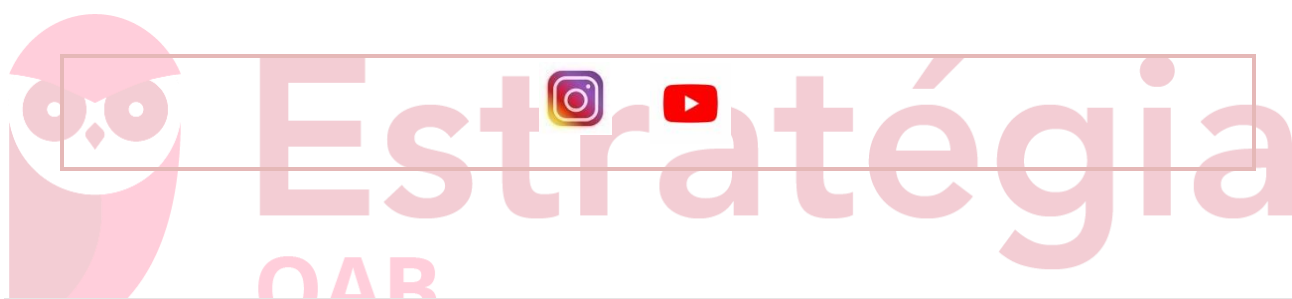
Estratégia
OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-16-01>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

Robinho, advogado, foi contratado para defender os interesses de Rose no processo de divórcio já instaurado. Contudo, no dia da audiência, Robinho comparece no horário designado, e observa que a audiência irá atrasar, o que acaba ultrapassando o período de uma hora de espera.

O secretário da vara informa que o atraso nos trabalhos é justificável, já que o magistrado está retornando de uma viagem pessoal.

Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- a) É obrigação do advogado, nesta situação, aguardar até que o magistrado compareça, independente do tempo de espera.
- b) É obrigação do advogado, nesta situação, aguardar até que o magistrado compareça, sob pena da parte ser impactada pelos efeitos da ausência em audiência.
- c) É direito do advogado, retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após quinze minutos do horário designado, mediante comunicação protocolizada em juízo.
- d) É direito do advogado, nesta situação, retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

Questão 2

Vandeco, advogado, foi contratado para defender os interesses de Zé do Caixão, o qual foi preso quando estava prestes a praticar um crime.

Assim que contratado pela mãe de Zé, o advogado se dirige a delegacia para conversar com o seu cliente e entender todos os fatos.

Contudo, o advogado é barrado na delegacia, sob o argumento de que o seu cliente estava incomunicável, e que sem procuração expressa para defendê-lo o contato com o preso não seria autorizado.

Diante da situação fática narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Vandeco não pode ter contato com o cliente sem a apresentação de procuração expressa.
- b) Vandeco poderá comunicar-se com seu cliente de forma pessoal e reservada, salvo quando considerado incomunicável.
- c) Vandeco, como advogado, tem direito a comunicar-se com seu cliente, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando este se achar preso, detido ou recolhido, tornando-se incomunicável apenas quanto preso em estabelecimento militar.
- d) Vandeco, como advogado, tem direito a comunicar-se com seu cliente, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando este se achar preso, detido ou recolhido em estabelecimento civil ou militar, ainda que considerado incomunicável.

Questão 3

A Constituição Federal de 1988 proclama que o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. No que tange as manifestações do advogado, é correto afirmar que

- a) a imunidade profissional impede processar criminalmente um advogado pela suposta prática de crime de desacato.
- b) a imunidade profissional não impede processar criminalmente um advogado pela suposta prática de crime de desacato.
- c) a imunidade profissional não abrange manifestações injuriosas, ainda que proferidas no estrito âmbito de discussão da causa.
- d) a imunidade profissional não abrange manifestações difamatórias, ainda que proferidas no estrito âmbito de discussão da causa.

Questão 4

João, advogado criminalista, rejeita a realização da defesa criminal de Zelão, preso em flagrante por tentativa de homicídio contra os seus avôs maternos. O advogado criminalista alega que a causa criminal é indigna de defesa. Diante dos fatos expostos, assinale a alternativa correta:

- a) É direito do advogado assumir ou não a defesa criminal, considerando sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
- b) Não há causa criminal indigna de defesa, cumprindo ao advogado agir, como defensor, no sentido de que a todos seja concedido tratamento condizente com a dignidade da pessoa humana.
- c) Há causa criminal indigna de defesa, cabendo ao advogado assumir ou não a defesa criminal, com base em sua opinião acerca dos fatos.
- d) É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, quando determinado pelo conselho seccional, a qual está inscrito.

Questão 5

Carlos é advogado e foi preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia. Com base no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é correto afirmar que:

- a) Carlos não poderia ser preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, em razão da imunidade profissional assegurada ao advogado.
- b) Por ter sido preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, Carlos tem direito a presença de representante da OAB para lavratura do auto respectivo.
- c) A prisão de Carlos foi acertada, uma vez que o advogado somente poderá ser preso por motivo de exercício da profissão se houver flagrante delito.

d) Carlos não poderia ser preso antes de sentença transitada em julgado.

Questão 6

Marcelo, cliente da advogada Letícia, encontra-se preso em estabelecimento prisional. Antes da prisão, Letícia e Marcelo comunicaram-se por e-mail, exclusivamente para que a advogada pudesse orientar seu cliente a respeito de seus direitos.

Com base na situação narrada, é correto afirmar que:

- a) Como Marcelo está preso e considerado incomunicável, Letícia não poderá comunicar-se pessoalmente com seu cliente.
- b) As conversas entre o cliente e a advogada são sigilosas, salvo aquelas efetuadas por meio eletrônico em caso de suspeita de confissão de crime do cliente para o advogado.
- c) Letícia pode se recusar a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional.
- d) Letícia só poderá entrar em edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público para colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional dentro do expediente do local.

Questão 7

Durante uma audiência trabalhista, Josefa, advogada da reclamante, percebe que sua cliente está em clara desvantagem, e começa a questionar a condução do processo pelo magistrado, Bernardinho, realizando, inclusive, constantes insinuações acerca de suas decisões terem cunho subjetivo.

Em determinado momento da audiência, a advogada ofende o magistrado, chamando-o de burro e incompetente, o qual a repreende, sob a alegação de desacato.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.
- b) A advogada possui imunidade profissional somente quanto a atos tipificados como difamação, quando referentes a manifestações de sua parte, no exercício de sua atividade.
- c) A advogada deverá responder na esfera penal por desacato, haja vista que a imunidade profissional se refere quanto a atos de injúria e difamação praticados apenas no exercício de sua atividade em juízo.
- d) A advogada deverá responder na esfera penal por desacato, além das demais sanções cabíveis, haja vista que a imunidade profissional se refere quanto a atos de injúria e difamação praticados no exercício de sua atividade, apenas em juízo, sendo, ainda, puníveis os excessos que cometer.

Questão 8

A advogada Ritalina, lactante, ao ingressar no TJMG, procurou uma vaga especial para estacionar sua BMW X6, entendendo que teria direito à reserva de vaga. Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Ritalina tem preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.
- b) Ritalina tem reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
- c) Ritalina tem direito a entrar em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
- d) Ritalina, por ser lactante, não tem mais direito a ter acesso à creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert**Questão 9**

“Crie toda a felicidade que você for capaz de criar; remova toda a miséria que você for capaz de remover. Fazendo isto todos os dias você irá trazer algo de bom aos outros ou diminuir seus sofrimentos”. Sobre o modelo de pensamento de Jeremy Bentham, marque a opção correta:

- a) Toda a legislação deve ser guiada por uma única medida, a da utilidade.
- b) As normas a regular a sociedade devem ser analisadas sob uma perspectiva mais teórica do que prática.
- c) As leis devem ser sempre obedecidas porque são úteis à vida do homem em sociedade.
- d) As normas do direito natural são superiores aos preceitos do direito positivo.

Questão 10

São fontes do Direito:

- a) a lei, a analogia, a religião e a moral.
- b) a moral, a ética e a analogia.
- c) a lei, a doutrina e jurisprudência e os costumes.
- d) a política, os costumes e os atos administrativos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Na cidade X, muitos pais e mães frustrados têm ido até o atendimento inicial da Defensoria Pública reclamarem da falta de vaga em creche municipal para os filhos. O Defensor Público deve, com base no sistema jurídico vigente:

- a) informar que o poder público, com base no entendimento jurídico chamado de “reserva do possível” não é obrigado a oferecer as vagas, logo, os pais e mães devem procurar a rede de creches privadas.
- b) orientar as mães e pais a procurarem o serviço de assistência social do Município e elaborar os respectivos ofícios de encaminhamento e explicar também que todos devem ter paciência, já que o poder público possui recursos limitados.
- c) informar que se trata de direito constitucional de natureza social, mas que infelizmente há normas na Constituição chamadas de programáticas, bem como entendimento jurídico chamado de “reserva do possível”, que não recomendam o ajuizamento de ação nesse caso.
- d) ajuizar ação judicial cujo fundamento é o direito à educação que compreende a assistência gratuita em pré-escola e creche. A “reserva do possível” não pode ser oponível à realização do “mínimo existencial”.

Questão 12

Maria veio para o Brasil em busca de uma melhor condição de vida. De nacionalidade portuguesa, após passar por todo processo de naturalização, conforme previsto em Lei, acabou sendo naturalizada brasileira. De acordo com a nossa Constituição Federal, são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa:

- a) residência por dois anos ininterruptos e idoneidade moral.
- b) residência por quinze anos ininterruptos e idoneidade moral.
- c) residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- d) residência por dez anos ininterruptos e idoneidade moral

Questão 13

Enzo e sua esposa Bianca são italianos. Quando Bianca completou sete meses de gestação, eles decidiram passar férias no litoral brasileiro, mas uma intercorrência provocou a aceleração do parto, e Anna, primeira filha do casal, nasceu prematuramente no Hospital Municipal Y.

Sabrina é filha do brasileiro Pedro e da americana Kate. Entretanto, ela nasceu no Canadá e veio residir no Brasil, optando pela nacionalidade brasileira assim que atingiu a maioridade.

Com base nas situações descritas e com o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Anna e Sabrina são brasileiras natas.
- b) Anna e Sabrina são ambas brasileiras naturalizadas.
- c) Enquanto Anna é brasileira nata, Sabrina poderá ser considerada brasileira naturalizada apenas após comprovar residência por um ano ininterrupto no Brasil e sua idoneidade moral.
- d) Anna é brasileira nata, e Sabrina é brasileira naturalizada.

Questão 14

Fernanda, brasileira nata, é bailarina; em função de sua profissão, foi transferida para a Rússia. Alguns meses após a sua chegada, a companhia de balé exigiu que ela se naturalizasse russa como condição para permanecer dançando e em cumprimento ao seu contrato de trabalho. Nesse caso em específico, conforme disciplinado pela CRFB/88 em torno dos direitos de nacionalidade, é correto afirmar que:

- a) ao adquirir a nova nacionalidade, Fernanda perderá a nacionalidade brasileira, por meio de decisão do Ministro da Justiça, após processo judicial que garanta contraditório e ampla defesa.
- b) Fernanda permanecerá com a nacionalidade brasileira e a nacionalidade russa. Assim, a dupla nacionalidade é permitida, já que a aquisição da nova nacionalidade foi exigida para que ela pudesse exercer seus direitos na Rússia.
- c) por ter adquirido voluntariamente uma nova nacionalidade, Fernanda perderá automaticamente a nacionalidade brasileira.
- d) Fernanda permanecerá com a nacionalidade brasileira e a nacionalidade russa. No entanto, precisará retornar ao Brasil, no prazo máximo de 10 (dez) anos. Caso contrário, ela perderá a nacionalidade brasileira em definitivo.

Questão 15

Mário, brasileiro naturalizado, com 20 (vinte) anos de idade, deseja concorrer ao cargo de vereador. Rodolfo, brasileiro naturalizado, com 26 (vinte e seis) anos de idade, deseja concorrer ao cargo de Deputado Federal, mas a sua naturalização foi cancelada por sentença judicial transitada em julgado. Diante do exposto, à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- a) Mário, poderá se candidatar ao cargo de vereador, pois tem a idade mínima legal, desde que preencha os demais requisitos previstos na Carta Magna. Já Rodolfo, teve a perda dos seus direitos políticos, por isso, é inelegível.
- b) Mário, não poderá se candidatar ao cargo de vereador, pois não tem a idade mínima prevista na Carta Magna. Já Rodolfo, teve a suspensão dos seus direitos políticos, por isso, é inelegível.
- c) Mário, tem a idade mínima exigida por lei para se candidatar, mas não o pode porque é brasileiro naturalizado. Rodolfo, tem a idade mínima exigida por lei para se candidatar como Deputado Federal, mas teve a suspensão dos seus direitos políticos.
- d) Mário, apesar de ser brasileiro naturalizado, poderá se candidatar ao cargo de vereador, desde que preencha os demais requisitos previstos na Constituição Federal vigente. Rodolfo, também tem

a idade mínima exigida por lei para se candidatar como Deputado Federal, mas não o pode porque é brasileiro naturalizado.

Questão 16

Danilo foi eleito governador do Estado Beta em 2018. Sua filha Anastácia deseja se candidatar à prefeitura da capital desse mesmo Estado nas eleições municipais de 2020, pela primeira vez. Danilo estará exercendo o seu mandato no período eleitoral do próximo pleito e por isso Anastácia, de acordo com a CRFB/88:

- a) poderá ser candidata a prefeita do município desejado. Isso porque o município não pertence ao território da jurisdição do seu genitor.
- b) não poderá concorrer a mandato eletivo enquanto seu genitor exercer cargo político. São absolutamente inelegíveis para qualquer cargo os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, de Governador de Estado.
- c) não poderá se candidatar ao cargo desejado. Isso porque, o legislador constituinte determinou que são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de Governador de Estado.
- d) poderá ser candidata ao cargo desejado, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção do Presidente da República.

Questão 17

Raquel é líder de um grupo de cidadãos brasileiros que pretende constituir um partido político de caráter regional. As propostas do partido serão:

I - o desenvolvimento da educação;

II - o fim do direito de receber recursos do fundo partidário. Com isso, os partidos seriam custeados com recursos financeiros advindos dos próprios membros e de entidades estrangeiras educacionais.

Com base no sistema jurídico constitucional vigente, é correto afirmar que as características desse partido político:

- a) vão de encontro com o que dispõe a Constituição Federal, pois não é permitido que o partido tenha caráter regional e muito menos receba recursos de entidade estrangeira.
- b) vão parcialmente de encontro com o que dispõe a Constituição Federal, porque o partido não poderá ter caráter regional.
- c) estão integralmente em conformidade com a Constituição Federal.
- d) vão parcialmente de encontro com o que dispõe a Constituição Federal, porque o partido não poderá defender o fim do direito ao recebimento de recursos do fundo partidário.

DIREITOS HUMANOS**Ricardo Torques****Questão 18**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada e adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 1948, representa um marco na internacionalização dos direitos humanos. Como egresso de uma instituição pública de ensino, você foi convidado para participar de uma mesa redonda na "*Semana de Conscientização dos Direitos Humanos*" para os alunos do primeiro período do curso de Direito.

Das alternativas abaixo, qual delas apresente uma informação correta sobre a Declaração?

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi o primeiro tratado internacional assinado após a Segunda Guerra Mundial e, por contar com a anuência de todos os países, foi homologada pela Organização das Nações Unidas.
- b) A DUDH é uma recomendação sem efeito vinculante, de modo que os Estados ficam livres para, de acordo com seus interesses, adotar as medidas que julgarem pertinentes.
- c) A Declaração é o principal instrumento do Sistema Global e a principal contribuição para a universalização da proteção do ser humano e, embora tenha natureza jurídica de resolução, possui caráter jurídico e vinculante.
- d) A Declaração é um documento completo, contemplando expressamente direitos humanos de primeira, segunda e terceira dimensões, a exemplo do direito à vida, ao sufrágio universal e à proteção jurídica do consumidor.

Questão 19

Como advogado atuante na defesa das minorias, você foi convidado para assessorar um deputado federal e, em decorrência disso, deve instruí-lo acerca dos principais pactos internacionais sobre direitos humanos existentes. Ao explicar sobre o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), as informações que mais chamaram a atenção do parlamentar foram pertinentes ao direito à vida e integridade física.

Em recente pronunciamento na Câmara dos Deputados, o parlamentar discursou corretamente ao afirmar que:

- a) A testagem de vacinas em seres humanos vai de encontro ao PIDCP pois ninguém poderá ser submetido à tortura, penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, experiências médicas ou científicas.
- b) Ninguém poderá ser submetido à escravidão, à servidão e o tráfico de escravos, em todas as suas formas, deve ser proibido. Além disso, são vedados os trabalhos forçados, a exemplo daqueles que façam parte das obrigações cívicas normais.
- c) A pena de morte não é expressamente vedada pelo Pacto, embora sofra algumas mitigações como a vedação à sua aplicação a menores de 18 anos, maiores de 70 anos, mulheres em estado de gravidez e a possibilidade de o condenado pedir indulto, graça ou comutação da pena.

d) A pena de morte é permitida, desde que imposta apenas nos casos de crimes mais graves e em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Vinicius, poeta e diplomata brasileiro, casado e pai de três filhos menores, está em vias de ser nomeado chefe de missão do Brasil na capital de uma importante cidade nos Estados Unidos.

À luz do disposto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 56.435/65, assinale a afirmativa correta.

- a) A nomeação de Vinicius pelo Brasil não depende da anuência do Estado acreditado, já que se trata de uma decisão soberana do Estado acreditante.
- b) O Estado acreditado poderá considerar Vinicius *persona non grata*, desde que apresente suas razões ao Estado acreditante, em forma de decisão fundamentada. Se acolhidas as razões apresentadas pelo Estado acreditado, Vinicius poderá ser retirado da missão ou deixar de ser reconhecido como membro da missão.
- c) Os privilégios e as imunidades previstos estendidos à família de Vinicius cessam de imediato na hipótese de falecimento do diplomata.
- d) Se nomeado, a residência de Vinicius gozará da mesma inviolabilidade estendida ao local em que baseada a missão do Brasil no Estado acreditado.

Questão 21

Considerando a classificação dos Estados no direito internacional, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os Estados simples ou unitários são aqueles que possuem completa soberania no tocante às questões no plano internacional.
- B) Os Estados simples ou unitários não apresentam divisões de autonomia no tocante às questões internas.
- C) Nos estados compostos por coordenação e Estados compostos por subordinação não existem estados independentes ou províncias autônomas.
- D) Nos estados simples descentralizados, o poder central é exercido com exclusividade e abrange todas as funções de índole administrativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Rodrigo Martins****Questão 22**

Os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil identificaram que um famoso empresário não declarou rendimentos decorrentes de contrabando de produtos de origem estrangeira, lavrando, assim, o respectivo Auto de Infração com a simultânea cobrança do Imposto sobre a Renda. Sobre essa hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) A multa é devida, mas o imposto, diferentemente, não é devido, pois tributo não é sanção de ato ilícito.
- b) O imposto e a multa são devidos em face do Princípio da Interpretação Objetiva do Fato Gerador, também conhecido como o Princípio do Pecunia Non Olet.
- c) O imposto é devido, mas a multa, diferentemente, não é devida, pois multa é sanção, e este tipo de conduta infracional deve ser sancionada exclusivamente na esfera penal.
- d) A multa e o imposto não são devidos, já que a renda decorreu de atividade qualificada pela lei penal como crime.

Questão 23

A União instituiu uma contribuição profissional e delegou a uma autarquia federal as funções de arrecadá-la e fiscalizá-la. Com base na situação apresentada, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de caso de delegação da capacidade tributária ativa.
- b) Trata-se de caso de delegação da competência tributária.
- c) Em caso de inadimplemento por um contribuinte do tributo, a autarquia não poderá propor Ação de Execução Fiscal para a cobrança do débito.
- d) Em caso de inadimplemento por um contribuinte do tributo, a autarquia deverá propor Ação de Execução Cível, regida pelo Código de Processo Civil, para a cobrança do débito.

Questão 24

Após a ocorrência de um grave desastre natural, a Assembleia Legislativa do Estado X aprovou Lei Ordinária concedendo moratória quanto ao pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) exclusivamente para os contribuintes estabelecidos na região do seu território que foi afetada pelo referido desastre. Por meio da mesma lei também concedeu moratória quanto ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para os contribuintes desse imposto estabelecidos na mesma região do território afetado. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Lei estadual pode conceder moratória de ISSQN em caso de calamidade pública decorrente de um desastre natural.

- b) Lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir.
- c) A Lei Ordinária não é o instrumento normativo adequado à concessão de moratória.
- d) Lei estadual não pode conceder moratória de ISSQN.

Questão 25

A empresa ABC foi notificada, em 31 de julho de determinado ano, para o pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento. Não consta, nessa notificação de lançamento, a data de vencimento do tributo. Igualmente, a lei que o instituiu também não estipula a data do seu vencimento. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que o vencimento desse tributo ocorrerá:

- a) Em qualquer data, desde que dentro do mesmo exercício financeiro em que foi recebida a notificação.
- b) No último dia do mesmo exercício financeiro em que foi recebida a notificação.
- c) Em 30 de agosto do mesmo exercício financeiro.
- d) Por analogia, na data do vencimento dos outros tributos cobrados pelo mesmo ente da Federação.

Questão 26

O Município X aprovou a Lei Ordinária nº 12.345/2015, vigente e eficaz a partir de 1º/01/2016, concedendo isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) aos aposentados e pensionista que ganham até um (1) salário mínimo. Esse Município constitui, num único lançamento, os créditos tributários relativos ao IPTU e também à Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar, que foi instituída pela Lei Ordinária nº 12.346/2016, vigente e eficaz a partir de 1º/01/2017. Pedro, beneficiado por essa lei de isenção, procura seus serviços, como Advogado(a), para saber se deve pagar a referida taxa. Com base nessa hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) Pedro deve pagar a taxa de coleta, pois, salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva a essa espécie tributária.
- b) Pedro não deve pagar a taxa de coleta, pois, sendo a sua lei instituidora posterior à lei que concedeu a isenção do imposto, por esta é abrangida, desobrigando Pedro do pagamento do IPTU e da taxa.
- c) Pedro não deve pagar a taxa de coleta, pois os efeitos da lei que concedeu isenção de IPTU abrange os outros tributos lançados juntamente com o referido imposto.
- d) Pedro deve pagar a taxa de coleta, porque a isenção só é automaticamente extensiva à contribuição de melhoria instituída pelo Município.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Igor Maciel****Questão 27**

O Município de Rosa Branca, mediante lei específica para área incluída no seu plano diretor, exigiu de Fernando, particular proprietário do solo urbano não edificado e não utilizado, que promovesse seu adequado aproveitamento. Diante da inércia de Fernando, o Município aplicou edificação compulsória e, posteriormente, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo. Ainda assim, Fernando continuou omissivo. Nesse caso, o próximo passo será o Município promover:

- a) requisição administrativa, para conferir ao imóvel utilização que se compatibilize com sua função social, mediante justa e prévia indenização.
- b) desapropriação indireta, com indenização ulterior através de pagamento mediante títulos da dívida pública.
- c) desapropriação especial urbana, com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.
- d) desapropriação por utilidade pública, mediante indenização ulterior para não haver locupletamento ilícito do Município.

Questão 28

O Estado X estava realizando a construção de uma nova rodovia e, devido à alteração do projeto de construção, as obras tiveram de ser paralisadas. A empreiteira responsável pela construção verificou a necessidade de desapropriar um terreno que será cortado pela nova pista. Tanto o poder público, como a empresa, tentaram inúmeras vezes entrar em contato com o proprietário do terreno, sem ter sucesso. A Administração, então, autorizou o prosseguimento das obras. Um ano depois, o proprietário do imóvel tomou conhecimento que o seu terreno foi ocupado pela Administração para a construção da rodovia. Diante dessa situação, procurou você, na qualidade de advogado, que informou corretamente que:

- a) é cabível ação de reintegração de posse, em razão da turbção do imóvel particular pelo poder público.
- b) é cabível ação ordinária de indenização por desapropriação indireta ou apossamento administrativo, incidindo juros compensatórios desde a citação.
- c) é cabível ação ordinária de indenização por desapropriação indireta, a ser proposta no prazo de vinte anos a contar do apossamento.
- d) é cabível ação ordinária de indenização por desapropriação indireta ou apossamento administrativo, incidindo juros compensatórios desde a ocupação.

Questão 29

Um grupo de posseiros, em número superior à 20 famílias, ocupou um terreno particular do Município de Montanhas, tendo construído suas casas e formado núcleos residenciais, sem que o proprietário tomasse qualquer providência para retirá-los. Diante dessa situação, o município publicou decreto expropriatório e, após três anos sem que a administração pública promovesse a ação, o proprietário do imóvel deseja requerer a indenização decorrente da desapropriação. Você, qualidade de advogado, deve informar corretamente que:

- a) por se tratar de desapropriação por utilidade pública, ela deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos.
- b) somente passado o prazo de cinco anos após o decreto expropriatório, permanecendo a Administração Pública omissa em intentar a ação de desapropriação, é que o decreto caducará e o mesmo bem somente poderá ser objeto de nova declaração após decorrido o prazo de dois anos.
- c) na desapropriação por utilidade pública, o expropriante tem o prazo de dois anos, a partir da decretação da desapropriação, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- d) não assiste direito de indenização ao proprietário pela mera declaração de interesse social do bem a ser desapropriado.

Questão 30

Policiais militares, em operação de combate ao tráfico de entorpecentes, trocaram disparos de arma de fogo com criminosos em uma comunidade. Durante a troca de tiros, um projétil de arma de fogo atingiu Vitória, criança de 5 anos, que estava brincando na rua com seus vizinhos e faleceu imediatamente. Câmeras de comprovaram que o disparo que atingiu Vitória se originou da arma do PM Carlos. A família da criança consultou você, na qualidade de advogado, que informou corretamente que:

- a) a administração pública possui responsabilidade civil objetiva, fundamentada na Teoria do risco administrativo, independentemente da comprovação de que o policial agiu com culpa ou dolo.
- b) a administração pública será responsabilizada, fundamentada na Teoria do risco administrativo, caso seja comprovado que o policial agiu com culpa ou dolo.
- c) a administração pública não será responsabilizada, pois o policial agiu no estrito cumprimento de seu dever legal.
- d) a administração pública possui responsabilidade civil objetiva, fundamentada na Teoria do risco integral, independentemente da comprovação de que o policial agiu com culpa ou dolo.

Questão 31

Vitinho cumpria pena, em regime fechado, em um presídio, quando, em 10/03/2020, conseguiu fugir. Dois meses depois da fuga, Vitinho juntou-se a uma organização criminosa e praticou roubo, com uso de arma de fogo, a um banco. Osvaldo, particular que utilizava os serviços bancários no momento, acabou sendo baleado no assalto e faleceu, em seguida. Alguns dias depois, o assaltante

foi encontrado e preso, tendo retornado à unidade prisional. Os familiares de Osvaldo procuraram você, na qualidade de advogado, pretendendo ajuizar ação de indenização por danos morais e materiais contra o Estado alegando que o Poder Público também é responsável pelo evento tendo em vista que foi omissivo e deixou de exercer vigilância do preso que estava sob a sua custódia. Diante dessa situação, você deve indicar corretamente que:

- a) por adoção da Teoria do risco administrativo, são excludentes da responsabilidade civil objetiva do Estado apenas o caso fortuito, a força maior e a culpa exclusiva da vítima.
- b) não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- c) a responsabilidade objetiva do Estado dispensa o requisito objetivo do nexo de causalidade entre a ação ou a omissão atribuída a seus agentes e o dano causado a terceiros.
- d) a fuga do presidiário e o cometimento de crime, mesmo sem qualquer relação lógica com sua evasão, estabelece uma relação de causalidade direta para fins de atribuição de responsabilidade civil extracontratual do Poder Público, apresentando os requisitos necessários para a imputação da responsabilidade objetiva.

Questão 32

Pablo, funcionário de uma empresa concessionária de energia elétrica no Estado X, no dia 01/06/2014, conduzia veículo da empresa para realizar diligência, quando, culposamente, atropelou e matou Luiza. No dia 01/06/2017, sobreveio o trânsito em julgado de sentença penal condenando Pablo pelo delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor. Em 01/05/2020, os herdeiros de Luiza ajuizaram ação indenizatória em face da concessionária de energia elétrica e do Estado X. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) ocorreu a prescrição quinquenal da ação indenizatória em 01/06/2019, contada da data em que ocorreu o acidente.
- b) ocorreu a prescrição trienal da ação indenizatória em 01/06/2017, contada da data em que ocorreu o acidente.
- c) a ação indenizatória não prescreveu, devendo o prazo trienal iniciar na data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- d) a ação indenizatória não prescreveu, devendo o prazo quinquenal iniciar na data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

De acordo com a sistemática atualmente vigente acerca do licenciamento ambiental e, com fundamento na Constituição Federal de 1988, marque a opção correta:

- a) O EIA é exigido para qualquer obra ou atividade, por expressa disposição constitucional.
- b) O EIA é exigido em quaisquer obras ou atividades potencialmente causadoras de poluição.
- c) O EIA será exigido para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- d) O EIA será exigido a critério do empreendedor.

Questão 34

João Pezão dá início ao processo de Licenciamento Ambiental de uma fábrica de sapatos de couro junto ao Órgão Ambiental Estadual. Questionamentos quanto ao Licenciamento e à necessidade de estudos ambientais são levantados. Diante disso, de acordo com a legislação ambiental, qual afirmativa abaixo está correta:

- a) A primeira licença ambiental a ser requerida é a de Instalação.
- b) O EIA/RIMA é exigido pelo Órgão Ambiental competente para o licenciamento somente após o deferimento da Licença de Instalação.
- c) A Licença de Operação autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação.
- d) A Licença de Instalação é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Carlos firmou negócio jurídico com James sob a condição de que o pagamento só seria por ele devido se chovesse por três dias seguidos. Após chover dois dias, Carlos realizou o pagamento acreditando ter sido a condição realizada. Sobre a situação do pagamento indevido relatada, é incorreto afirmar que:

- a) todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição;
- b) não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível;
- c) não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral, ou proibido por lei;
- d) àquele que voluntariamente pagou o indevido é presumido o direito ao ressarcimento.

Questão 36

O Estado Alfa está executando um crédito fiscal de ITCMD em razão de uma doação que teve como favorecido João. Como João nunca declarou a referida doação, foi alvo de uma autuação por meio da Secretaria de Fazenda, o que foi possível por meio do cruzamento de dados entre o doador e João, donatário. João, em sua defesa, alega que jamais aceitou qualquer doação, arguindo que a referida doação já foi revogada. Em relação à revogação de doação, é correto afirmar que:

- a) se a doação possuir encargo, João a teria revogado pela simples inexecução do encargo;
- b) é possível renunciar antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário;
- c) a doação não pode ser revogada por mera ingratidão;
- d) é possível revogar por ingratidão uma doação puramente remuneratória.

Questão 37

Pedro realizou a compra de um carro usado através de um site de internet sem antes consultar um advogado e verificar toda a burocracia que envolve esse procedimento. Meses após a compra, Pedro foi surpreendido com uma busca e apreensão em relação ao carro, descobrindo, então, que ainda havia um considerável débito em razão de alienação fiduciária vigente em favor do Banco X. Sabe-se que nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública. Em relação a esse instituto, é incorreto afirmar que:

- a) podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção;
- b) salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou, à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir;
- c) o evicto terá, desde que previsto no contrato, direito à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir;
- d) as benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.

Questão 38

Jonas e João firmaram um negócio jurídico com direitos e obrigações para ambas as partes, sendo Jonas o credor e João o devedor. Em algumas situações, já ocorreu de João tentar realizar o pagamento e Jonas não o receber no mesmo dia, bem como de Jonas cobrar o pagamento no vencimento e João não o pagar no dia da cobrança. Em relação à mora eventualmente existente nessas situações, é correto afirmar que:

- a) apenas o devedor poderá estar em mora;

- b) apenas o credor poderá estar em mora;
- c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;
- d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial.

Questão 39

Em uma aula sobre responsabilidade civil, um grupo de alunos começa a debater sobre a possibilidade de ela incidir em pessoas que não agiram ativamente para a ocorrência do dano. Carlos afirma que a responsabilidade civil depende de comprovação de culpa, Armando defende que apenas com o dolo e Maria diz que a lei é que determina a quem compete a responsabilidade, ainda quando não houver ilicitude. Sobre o tema, estará correto aquele que afirmar que não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

Questão 40

Fulano é devedor da Empresa X em razão de contrato de prestação de serviços em que se prevê pagamento mensal. Passados alguns meses de regular prestação de serviços e pagamentos, Fulano começa a perceber dificuldades em concretizar o pagamento por razões alheias a sua vontade e, assim, é orientado por um amigo advogado a realizar o pagamento em consignação. Considerando esse caso concreto, não terá lugar a consignação:

- a) se a Empresa X não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;
- b) se a Empresa X não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;
- c) se Fulano alegar dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;
- d) se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

Questão 41

O contrato em que uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada é típico contrato de:

- a) comissão;
- b) agência e distribuição;
- c) corretagem;
- d) constituição de renda.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Em razão da pandemia decorrente da proliferação do coronavírus, os estabelecimentos de ensino, em obediência às medidas sanitárias determinadas pelo poder público, migraram as aulas presenciais para encontros virtuais.

Bernardo e Bianca, crianças de 4 e 5 anos de idade, respectivamente, passaram a utilizar o computador e o tablet para participar das aulas e responder aos exercícios propostos por seus professores. Em um dia de cansaço e estresse, as crianças correram pela casa, brigaram e Bernardo jogou o computador de Bianca do 5º andar do prédio que moram. Os pais de Bernardo ficaram furiosos e, além de palmadas, deixaram a criança de castigo: dois meses sem sobremesa e sem receber dinheiro algum.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta quanto às atitudes dos pais:

- a) Compete aos pais a educação dos filhos, podendo fazer uso dos meios que julgarem adequados para que se comportem a ajam conforme os valores e virtudes buscados pelo núcleo familiar.
- b) Ainda que visem a educação e correção dos comportamentos de Bernardo, os pais não podem fazer uso de castigos físicos.
- c) Os pais de Bernardo e Bianca poderiam ser encaminhados a tratamento psicológico ou psiquiátrico, mas não poderiam ser advertidos por tal conduta.
- d) Compete ao Ministério Público aplicar as medidas educativas e orientadoras previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Questão 43

Luísa engravidou aos 15 (quinze) anos do namorado. Apoiados pelos familiares e amigos, o jovem casal decidiu que entregaria o filho para adoção pois temiam, em razão da idade e das condições financeiras, não oferecer ao bebê o melhor que podiam. Para que tudo tramite legalmente, os avós decidem consultá-lo para receber orientações sobre como proceder.

Com base no caso narrado, qual o procedimento a ser adotado por Luísa?

- a) Havendo interesse em entregar o filho para adoção, antes ou logo após o nascimento do bebê, Luísa será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

- b) Luísa será ouvida por uma equipe interprofissional de sua escolha, a qual deverá elaborar e apresentar um relatório sobre o estado de saúde do bebê e de Luísa, considerando apenas os efeitos do estado gestacional.
- c) Serão buscados familiares próximos, como tios e avós, que tenham interesse em cuidar da criança, respeitando-se o prazo improrrogável de 90 dias.
- d) Luísa não poderá desistir da entrega do filho depois de designada audiência na Justiça da Infância e da Juventude.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Juliano, sentindo fortes dores no dente, marcou consulta com Paulo, dentista autônomo, que possuía uma sala alugada em uma clínica particular. Um dia após passar por microcirurgia, Juliano começou a sentir-se mal, sendo acometido por uma infecção generalizada em razão de ter sido infectado por uma bactéria hospitalar, e ainda por não ter sido orientado adequadamente pelo dentista sobre os cuidados pré-operatórios. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) apenas a culpa exclusiva de Juliano ou da clínica poderia elidir a responsabilidade de Paulo.
- b) os atos técnicos praticados por Paulo, sem vínculo de emprego ou subordinação com a clínica, são imputados ao profissional pessoalmente, eximindo-se a entidade hospitalar de qualquer responsabilidade.
- c) as obrigações assumidas diretamente pela clínica alcançam o fornecimento de recursos materiais e humanos auxiliares adequados à prestação dos serviços médicos e à supervisão do paciente, bem como aos atos técnicos praticados por Paulo.
- d) Paulo responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados à Juliano, por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Questão 45

Em 10/11/2020, Fábio comprou um vídeo game de presente para seu filho, Fabinho. No dia de natal, Fábio entregou o brinquedo ao menino, que, ao instalar, notou que o aparelho estava apresentando travamentos, e desligava sozinho. No dia 04/01/2021, Fábio dirigiu-se à loja em que adquiriu o produto para efetuar a sua reclamação. No entanto, não conseguiu que sua reclamação sequer fosse registrada, sob a alegação de caducidade de seu direito. Ele, então, procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) o prazo decadencial somente iniciou a contagem no dia de natal, tendo Fábio ainda 90 dias, desde então, para reclamar do vício.
- b) o prazo prescricional somente iniciou a contagem no dia de natal, tendo Fábio ainda 30 dias, desde então, para reclamar do vício.

- c) o prazo decadencial iniciou no momento da compra, tendo ultrapassado o prazo de 30 dias, desde então, para reclamar do vício.
- d) o prazo prescricional de 90 dias iniciou no momento da compra, tendo Fábio ainda alguns dias de prazo para reclamar do vício.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Sebastião Matias emitiu nota promissória com vencimento à vista no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), pagável em Caxias do Sul/RS, que lhe foi endossada em branco por Antônio Marcos.

Em relação aos direitos cambiários decorrentes da nota promissória, assinale a afirmativa correta.

- a) O endosso em branco é considerado nulo no ordenamento jurídico pátrio;
- b) O endosso parcial é nulo.
- c) O endosso parcial é válido, mas apenas se houver folha de prolongamento.
- d) O subscritor da nota promissória ficará desonerado de qualquer obrigação caso conste a cláusula sem protestos na cártula.

Questão 47

Barbaresco, insatisfeito com o pequeno lucro do restaurante do qual era sócio, retirou-se da sociedade empresária e averbou, na respectiva junta comercial, novo contrato social, onde constava sua retirada.

O empresário, 36 meses após esse fato, foi surpreendido com sua citação em uma reclamação trabalhista ajuizada dias antes.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta com base no código civil:

- a) Alaor responde solidariamente pelos débitos da sociedade na ação trabalhista em referência.
- b) Alaor responde subsidiariamente pelos débitos da sociedade na ação trabalhista em referência.
- c) Alaor não mais responde, na ação trabalhista em referência, pelos débitos da sociedade.
- d) No caso, primeiro responde a empresa devedora, depois, os sócios atuais e, em seguida, os sócios retirantes, que é o caso de Alaor.

Questão 48

A Companhia Mangue do Porto Empreendimentos Imobiliários pretende ajuizamento de ação de responsabilidade em face de um de seus diretores, tudo em vista de um grande prejuízo sofrido no exercício anterior. A questão seguirá para decisão em assembleia-geral ordinária.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação deverá ter a Diretoria em seu pólo ativo.
- b) A ação deverá ser ajuizada por sócios que representem, no mínimo, 8% das ações com direito de voto;
- c) A ação deverá ser proposta pela sociedade e demais diretores em litisconsórcio ativo;
- d) A ação deverá ser proposta pela sociedade e, excepcionalmente, por sócios.

Questão 49

Stalingrado emitiu nota promissória à vista em favor de Palmas. Antes da apresentação a pagamento, Palmas realizou endosso-mandato da cártula para Sampaio.

De posse do título, é correto afirmar que Sampaio:

- a) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, inclusive realizar novo endosso sem as restrições daquele realizado em cobrança.
- b) poderá transferir o título na condição de procurador da endossante ou realizar endosso em garantia (endosso pignoratício).
- c) somente poderá transferir a nota promissória, por meio de novo endosso, na condição de procurador da endossante.
- d) não poderá realizar qualquer endosso do título, pois caso o faça será considerado como parcial, logo nulo.

Questão 50

De acordo com as disposições legais para homologação da recuperação extrajudicial, assinale a afirmativa correta.

- a) O plano pode ser homologado em vista de aprovação por credores que titularizem mais de dois quintos dos créditos de cada classe.
- b) O devedor poderá, também, requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de três quintos de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- c) O plano pode ser homologado em vista de aprovação por credores que titularizem mais de dois terços dos créditos de cada classe.
- d) O plano pode ser homologado em qualquer condição que envolva cláusula de variação cambial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Considerando que o Código de Processo Civil permite que as partes estipulem mudanças no procedimento, Arthur e Pedro decidem realizar negócio jurídico estabelecendo prazos processuais mais exíguos, a retirada da audiência de conciliação e a vedação à utilização de provas testemunhais.

Sobre o negócio jurídico processual celebrado, pode-se afirmar que:

- a) O negócio jurídico será válido independente de controle de validade das convenções pelo magistrado.
- b) Arthur e Pedro poderiam ter celebrado o negócio jurídico processual ainda que o processo versasse sobre direitos que não admitem a autocomposição, visto que o negócio jurídico não trata do direito material posto em juízo, mas apenas sobre aspectos procedimentais.
- c) O negócio jurídico processual pode ser celebrado antes ou durante o processo e deve ser celebrado por partes plenamente capazes.
- d) Ainda que Arthur esteja em manifesta situação de vulnerabilidade, o juiz poderá homologar o negócio jurídico processual celebrado por tratar-se de manifestação da autonomia da vontade das partes.

Questão 52

João Pedro, adolescente de 13 anos, está sendo assistido por sua mãe em uma ação de alimentos em face de Paulo, seu pai. Em determinado momento processual, o advogado de Paulo peticionou ao juízo pleiteando a nulidade do processo em razão da ausência do Ministério Público. O juiz poderá declarar a nulidade?

- a) Sim e, nesse caso, atingirá todos os atos praticados desde o início do trâmite processual.
- b) Sim, desde que haja manifestação do Ministério Público sobre a existência ou inexistência de prejuízo.
- c) Não, tendo em vista que a presença do Ministério Público não é obrigatória.
- d) Sim e, nesse caso, a existência do prejuízo será presumida.

Questão 53

A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível. Desse modo, assinale a alternativa que apresenta a informação correta conforme o caso narrado:

- a) David Luiz, em ação indenizatória por danos materiais e morais, deverá estabelecer o valor exato do seu prejuízo, sendo dispensado o valor pretendido quanto aos danos morais, visto que estes serão arbitrados pelo magistrado.

- b) Marcela Vitória atribuirá à ação de alimentos o valor de uma prestação mensal necessária à subsistência do filho.
- c) Pedro Augusto, juiz da 2ª Vara Cível, poderá corrigir, de ofício, o valor da causa quando verificar que este não corresponde ao conteúdo patrimonial em questão.
- d) Maria Fernanda deverá impugnar o valor da causa em petição ao magistrado, sendo vedado abordar o tema em preliminar de contestação, visto que não se trata de matéria de defesa.

Questão 54

Ana Luisa precisava fazer um procedimento em caráter de urgência. Ao dirigir-se ao hospital com o marido para informar-se sobre o horário que deveria chegar para ser submetida à cirurgia, Ana Luisa foi informada que o plano de saúde não havia autorizado e, desse modo, seria necessário prestar uma caução no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) para cobrir as despesas hospitalares e honorários profissionais.

Inconformada com a situação, Ana Luisa telefonou imediatamente para que seu irmão, advogado, ingressasse com a medida judicial cabível. Desse modo:

- a) Em razão do perigo de dano, o irmão de Ana Luisa deverá pleitear uma tutela de evidência para que o procedimento seja realizado e arcado pelo plano de saúde.
- b) A tutela pleiteada só poderá ser concedida após justificação prévia da operadora do plano de saúde.
- c) Havendo perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, a tutela de urgência pleiteada poderá ser indeferida.
- d) A tutela de urgência, ao contrário da tutela de evidência, não exige caução real ou fidejussória idônea para eventual ressarcimento de danos causados à parte adversa.

Questão 55

Depois de um ano de muitos atendimentos e audiências, o advogado Gastão precisava tirar férias. Recordou-se que o Código de Processo Civil permite a suspensão processual em caso de nascimento de filho e, assim, peticionou aos juízos informando que sua esposa entrara em trabalho de parto.

Com base na situação narrada, podemos afirmar que:

- a) Os processos que Gastão atua ficarão suspensos pelo prazo de 8 (oito) dias, contados a partir da data do parto.
- b) A suspensão pleiteada por Gastão não é possível, visto que o Código de Processo Civil só concede à advogada gestante ou adotante tal possibilidade.
- c) Os processos que Gastão atua ficarão suspensos pelo prazo de 30 (trinta) dias.
- d) Gastão poderá beneficiar-se da suspensão processual por 5 (cinco) dias, contados a partir da data do parto.

Questão 56

Letícia recebeu uma mensagem do advogado informando que o juiz julgara liminarmente improcedentes os pedidos formulados por Rita. Letícia presumiu que aquela era uma informação boa, mas não conseguiu identificar qual seria o motivo real daquela decisão.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação ao caso narrado:

- a) os pedidos formulados por Rita eram contrários às súmulas dos Tribunais Superiores.
- b) os pedidos formulados por Rita eram contrários a acórdão proferido pelos Tribunais Superiores em julgamento de recursos repetitivos.
- c) o juiz verificou a ocorrência de prescrição e, caso deseje recorrer, Rita deverá interpor apelação.
- d) o recurso interposto não admite juízo de retratação, cabendo a Letícia apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

Questão 57

Ana Beatriz saiu de casa às pressas para uma audiência e aproveitou o trajeto até o escritório para responder mensagens atrasadas no celular. Em um breve descuido, a condutora colidiu seu veículo com a traseira de uma moto. Para não perder a audiência, informou seu nome, contato e CPF para a vítima. Passados alguns meses, Ana Beatriz foi surpreendida com a citação para a audiência de conciliação e mediação. Ao ler a petição inicial, constatou que o autor pretendia provar o alegado valendo-se do depoimento pessoal da conduta e de testemunhas que presenciaram o acidente.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O depoimento pessoal da parte só poderá ser requerido pela parte, sendo ao vedado determiná-lo de ofício.
- b) Caso Ana Beatriz, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida a pena de confesso, recusar-se a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.
- c) Ana Beatriz poderá levar escritos preparados anteriormente e consultá-los livremente para que possa apresentar fatos articulados e esclarecedores.
- d) Em razão do Princípio da Cooperação e visando a obtenção de uma decisão de mérito, Ana Beatriz deverá depor sobre os fatos que lhe forem imputados, ainda que digam respeito a crimes.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues**Questão 58**

Ricardo, depois de esgotar todos os meios disponíveis para chegar à consumação da morte de Igor, resolve desistir da empreitada criminosa e atua em sentido contrário, evitando assim a produção

do resultado morte inicialmente por ele pretendido. Nessa hipótese, de acordo com a situação narrada, configura-se:

- a) desistência voluntária
- b) crime impossível.
- c) arrependimento eficaz.
- d) arrependimento posterior.

Questão 59

Gustavo esgota, segundo seu entendimento, todos os meios a seu alcance para consumir um homicídio disparando toda a munição de sua arma de fogo contra seu desafeto Mario, porém, a morte não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade, já que a própria vítima consegue se dirigir para um hospital próximo onde é salva. Esta situação pode ser denominada de:

- a) tentativa imperfeita.
- b) crime de consumação imprópria.
- c) tentativa branca ou incruenta.
- d) crime falho

Questão 60

Fernanda, grávida de 6 meses estava na direção de seu veículo automotor indo para casa quando colide, em face de uma desatenção momentânea ao olhar para seu celular, com um poste, sofrendo um corte na testa e causando, em razão do impacto sofrido, um aborto. Nessa situação, pode se afirmar que a conduta da gestante:

- a) corresponde ao delito de homicídio culposo do feto.
- b) corresponde ao delito de lesão corporal qualificado pela morte culposa do feto.
- c) não corresponde a qualquer fato típico punível, devido a inexistência de previsão legal para a modalidade culposa do crime de aborto.
- d) corresponde ao delito de aborto culposo provocado pela gestante.

Questão 61

Ronaldo, segurança da mais famosa rede de supermercados do Brasil, na véspera do domingo de Páscoa, percebeu que Tony, pai de família desempregado, escondeu em sua mochila 2 ovos de Páscoa pequenos, no valor aproximado de R\$ 15,00 (quinze reais) cada. Ao tentar sair do estabelecimento, entretanto, Tony é detido em flagrante delito pelo segurança, que posteriormente chama a polícia para o local:

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de Tony não constitui crime, uma vez que o fato, embora formalmente constitua o crime de Furto, é materialmente atípico.
- b) A conduta de Tony não constitui crime, uma vez que este agiu em estado de necessidade, excludente de ilicitude.
- c) A conduta de Tony constitui crime, uma vez que se enquadra no artigo 155 do Código Penal e não estando presente nenhuma causa de exclusão de ilicitude ou culpabilidade, este deverá ser condenado pelo crime de furto.
- d) Embora sua conduta constitua crime, Tony deverá ser absolvido, uma vez que a prisão em flagrante é nula, por ter sido realizada por um segurança particular e não por autoridade pública.

Questão 62

Roberto resolve praticar um crime de furto na residência de Felipe, para isso procura seu primo que é chaveiro e lhe relata seu plano criminoso, pedindo para que este faça uma chave micha que lhe viabilizasse adentrar na residência da vítima. Chegado o dia de realizar o crime, ao chegar no local, Roberto percebe que a porta dos fundos da casa estava destrancada, então, ingressa na residência sem precisar utilizar a chave micha que lhe fora fornecida por seu primo, em seguida subtrai diversos bens de dentro da casa. Chegando em casa, Maria, sua esposa que é evangélica, o convence a devolver todos os pertences furtados pois isto seria um pecado grave, sendo que, Roberto, temeroso à DEUS, atende ao pedido da esposa e devolve todos os bens para a Felipe, que já havia feito a notícia-crime na delegacia do bairro. Considerando os fatos ocorridos, na condição de advogado(a) de Roberto, você deverá explicar aos familiares de Roberto e seu primo que:

- a) nenhum deles responderá por crime, tendo em vista que houve arrependimento eficaz por parte de Roberto e, como causa de excludente da tipicidade, estende-se também a seu primo.
- b) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a diminuição de pena, de 1/3 a 2/3, do arrependimento posterior apenas a Roberto.
- c) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a redução de pena do arrependimento posterior para ambos, por este se tratar de circunstância de caráter objetivo.
- d) Roberto deverá responder pelo crime de furto simples, aplicando-se causa de diminuição do arrependimento posterior, enquanto seu primo não responderá por qualquer crime.

Questão 63

Flavia, revoltada com a traição de seu marido, João, decide matá-lo. Para tanto, resolve esperar que ele adormeça para, durante a madrugada, acabar com sua vida. Por volta das 23h, João deita para ver futebol na sala da residência do casal. Quando chega à sala, Flavia percebe que João estava deitado sem se mexer no sofá. Acreditando que ele estava dormindo, desfere 8 facadas em seu peito. Nervosa e arrependida, liga para o hospital e, com a chegada dos médicos, é informada que o marido faleceu. O laudo de necropsia, porém, constatou que João já havia falecido momentos antes das facadas em razão de um infarto fulminante. Flavia, então, foi denunciada pelo MP pelo crime de tentativa de homicídio.

Você, advogado(a) de Flavia, deverá alegar em seu favor a ocorrência de:

- a) desistência voluntária, causa de atipicidade da conduta.
- b) arrependimento eficaz, causa de atipicidade da conduta.
- c) atipicidade em razão do crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto.
- d) atipicidade em razão do crime impossível por ineficácia do meio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Aponte a alternativa INCORRETA quanto ao inquérito policial:

- a) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- b) Se verificar, após a produção dos elementos de informação, que não fora praticado nenhum crime, compete à autoridade policial determinar o arquivamento do inquérito, decisão essa recorrível de ofício ao Chefe de Polícia.
- c) Como regra geral do CPP, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
- d) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

Questão 65

Marque a alternativa CORRETA que reproduz fielmente um dos postulados do princípio da ampla defesa:

- a) A autodefesa obriga o réu a comparecer perante os jurados para ser interrogado.
- b) O direito de audiência integra o princípio da ampla defesa.
- c) Não existe defesa na fase de investigação preliminar, pelo fato de o procedimento de investigação ser inquisitivo.
- d) O acusado só pode utilizar o direito ao silêncio na fase judicial.

Questão 66

Cleber sempre teve mal gosto para se vestir. Ao postar uma "selfie" em seu instagram, foi bombardeado com comentários negativos dirigidos diretamente a ele. Três pessoas distintas, que não se conheciam, postaram injúrias contra Cleber nos comentários da foto. Miguel escreveu: "palhaço depois do incêndio"; Lucas escreveu: "lixo amarrotado"; e Plínio completou: "poluição

visual". Cleber ofereceu queixa-crime em face dos três agressores e, uma semana antes da audiência de instrução e julgamento, decide deixar tudo isso para lá e decide perdoar expressamente os querelados. Diante do instituto do perdão do ofendido durante a ação penal privada, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O perdão é admitido, apenas, na ação penal privada, não podendo, o Ministério Público, perdoar o réu na ação penal pública.
- b) Provar-se-á o perdão tácito por qualquer meio de prova.
- c) Todos devem aceitar o perdão para que produza efeitos.
- d) Admite-se o aceite do perdão por procurador com poderes especiais.

Questão 67

João Carlos foi preso em flagrante presumido. Conduzido ao Distrito Policial, lavrou-se o auto de prisão em flagrante, assinado por duas testemunhas que não presenciaram os fatos, mas acompanharam a leitura do documento ao preso. Somente após 24 longas horas, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, o juiz recebeu o procedimento para realizar a audiência de custódia. Diante dos fatos acima assinalados, responda:

- a) a prisão em flagrante foi ilegal e deverá ser relaxada, já que o flagrante foi presumido, hipótese não admitida em lei.
- b) a prisão em flagrante foi ilegal e deverá ser relaxada pois assinado por testemunhas que não presenciaram o fato criminoso.
- c) a prisão em flagrante foi ilegal e deverá ser relaxada pelo fato de o delegado demorar 24 horas para encaminhar o preso e o auto de prisão em flagrante para o juiz.
- d) não existe ilegalidade descrita no enunciado que possa acarretar no relaxamento da prisão em flagrante.

Questão 68

A respeito do acordo de não persecução penal (ANPP), indique a alternativa correta:

- a) O Ministério Público pode optar entre a proposta de transação penal e a proposta do ANPP.
- b) A confissão do suspeito é requisito facultativo para a proposta do ANPP.
- c) A suspensão condicional do processo, aceita pelo acusado nos 5 anos anteriores, impede a proposta de ANPP.
- d) O Ministério Público pode optar entre o arquivamento do processo e o oferecimento da proposta de ANPP.

Questão 69

Mark, engolidor de espadas no Circo do Solzão, foi acusado de ter praticado o crime de cárcere privado (Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado: Pena - reclusão, de um a três anos), por prender Jurélia, a mulher barbada do circo, por 6 horas, no porta malas de seu veículo, motivado por vingança. Os fatos foram apresentados pela vítima e duas testemunhas e o delegado do 1º DP da capital, após instaurar o inquérito policial, representou pela prisão temporária do agressor. Ciente das regras da prisão temporária, o juiz:

- a) não irá decretar a prisão temporária de Mark pois o delito de cárcere privado não está no rol dos crimes que admitem essa prisão.
- b) não irá decretar a prisão temporária de Mark pois não se admite prisão temporária para delitos punidos com reclusão.
- c) poderá utilizar o fato de Mark morar em um circo itinerante e não ter residência fixa para decretar essa prisão.
- d) deverá observar os três incisos de cabimento da Lei 7.960 para decretar a prisão temporária.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

A empresa "Corujão" LTDA celebrou acordo individual de Trabalho com Priscilinha, e acertou que a jornada de trabalho seria marcada pela empregada por meio de ponto eletrônico; que haveria instituição de banco de horas anual; que, nas jornadas de trabalho de até 8 horas diárias, haveria intervalo para refeição e descanso de 20 minutos; e que a empregada seria obrigada a realizar 4 horas extras por dia, todas as terças-feiras e quintas-feiras.

Considerando que Priscilinha possui nível superior e percebe o salário de R\$ 14.000,00 mensais, a assinale a alternativa correta.

- a) A cláusula constante em acordo individual de trabalho quanto ao intervalo é válida, pois é permitido a fixação de pausa alimentar inferior a 30 minutos para jornadas superiores a 6 horas, independente se por norma coletiva ou acordo individual, pelo o fato de Priscilinha ser considerada uma empregada hipersuficiente.
- b) A cláusula do referido acordo individual quanto as horas extras é válida, onde todo empregado será obrigado a realizar jornada extra, e caso seja realizado, o mesmo somente poderá ser feito no limite de até 4 horas extras por dia, como regra geral.
- c) A cláusula constante em acordo individual de trabalho quanto ao intervalo é nula, pois é proibido a fixação de pausa alimentar inferior a 30 minutos para jornadas superiores a 6 horas, independente se por norma coletiva ou acordo individual, como tampouco importa o fato de Priscilinha ser considerada uma empregada hipersuficiente.
- d) A cláusula do referido acordo individual quanto as horas extras é nula, onde todo empregado, ainda que obrigado a realizar jornada extra, e caso seja realizado, o mesmo somente poderá ser feito no limite de até 3 horas extras por dia como regra geral.

Questão 71

Maurício Mattar é empregado da “XPTO” Produções Ltda., e após o decurso do prazo de doze meses de vigência de seu contrato de trabalho, adquiriu o direito ao gozo de suas férias.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, havendo concordância de Maurício, as férias poderão ser usufruídas em até

- a) dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a dez dias.
- b) três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a doze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- c) três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- d) dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quinze dias.

Questão 72

Márcio Frotta foi contratado, em 20/05/2020, por uma empresa responsável por aluguel de imóveis, sendo o empregado responsável pela elaboração dos contratos e, por esse motivo, não comparecia diariamente à empresa. Mesmo assim, comparecia à empresa toda quinta-feira para verificar se havia alguma documentação pendente de alguma locação, além de observar a existência de reclamação de algum cliente, com uma possível insatisfação.

Dessa forma, seu trabalho era efetuado na sua residência com todo seu equipamento de trabalho fornecido pelo empregador, que sempre se atentava em verificar a necessidade de manutenção e, caso necessário, troca de equipamento.

Depois de um ano trabalhando desse modo, o empregador entendeu que Márcio seria mais útil trabalhando nas dependências da empresa, e o comunicou com 45 dias de antecedência. Em momento posterior, ao ser dispensado, Márcio procurou você como advogado(a), questionando a possibilidade de possível ação trabalhista mediante toda essa situação.

Sobre a hipótese de ajuizamento, ou não, da referida ação, a alternativa correta é:

- a) tratando-se de teletrabalho, o comparecimento na empresa deverá ser pago como hora extraordinária ao funcionário.
- b) não se tratando da modalidade de teletrabalho, deverá ser requerida a desconsideração do trabalho em domicílio, já que havia comparecimento semanal nas dependências do empregador.
- c) deverá ser requerido que os valores correspondentes aos equipamentos usados para o trabalho em domicílio sejam considerados salário-utilidade.
- d) em vista da modalidade de teletrabalho, a narrativa não demonstra qualquer irregularidade a ser requerida em eventual demanda trabalhista.

Questão 73

Robson Celulari foi contratado pela empresa “Big&Big” Ltda. em regime de trabalho de tempo parcial, com duração de 20 horas semanais. Durante os últimos seis meses de trabalho, Robson fez 6 horas extras semanais. Robson requereu a seu empregador, 15 dias antes do término do período aquisitivo, a conversão de um terço do período de férias em abono pecuniário, o que foi recusado pelo empregador, sob a alegação de ser incabível o abono de férias nos contratos de trabalho em regime de tempo parcial. Em relação a essa situação,

- a) Robson não poderia ter feito horas extras, tendo em vista que as mesmas são vedadas nessa modalidade de contratação.
- b) as horas extras somente poderiam ter sido prestadas se a jornada semanal fosse de 26 horas.
- c) as horas extras deverão ser pagas com o acréscimo de 50% sobre o salário-hora normal, não havendo nessa modalidade de contratação a possibilidade de compensação.
- d) é facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

Questão 74

Juju prestou serviços suplementares com habitualidade para sua empregadora, a empresa “XPTO”, durante 18 meses consecutivos, quando foi surpreendida por Joana, coordenadora dos Recursos Humanos, com a notícia de que não poderia mais realizar a prestação de horas extras, em razão da atual crise financeira da empresa.

Conforme jurisprudência sumulada do TST, neste caso, a supressão parcial pelo empregador deste serviço suplementar

- a) não assegura a Juju qualquer direito a indenização uma vez que a supressão foi parcial e não total.
- b) não assegura a Juju qualquer direito a indenização uma vez que se trata de serviço suplementar.
- c) assegura a Juju o direito a indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas parcialmente.
- d) assegura a Juju o direito a indenização correspondente ao valor de dois meses das horas suprimidas parcialmente.

Questão 75

Sandy foi admitida como empregada doméstica de Wanessa Camargo para exercer jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, usufruindo de 30 minutos de intervalo intrajornada, apenas mediante acordo individual.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O intervalo pactuado é inválido, devendo o período suprimido ser indenizado com adicional de 50%.

- b) O intervalo pactuado é inválido, devendo o período integral de intervalo ser indenizado com adicional de 50%.
- c) O intervalo pactuado é inválido, devendo o período suprimido ser pago na modalidade de hora extra.
- d) O intervalo pactuado é válido, não havendo qualquer indenização, no presente caso.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Em reclamação trabalhista, cujo valor da causa correspondeu a R\$ 10.000,00, uma Fundação Pública estadual pretende a anulação da sentença, sob alegação de cerceamento de defesa, pois teve indeferida a oitiva de sua terceira testemunha, que seria imprescindível à prova de suas alegações.

Nesse caso, admitindo a veracidade da alegação de imprescindibilidade da prova,

- a) a sentença não pode ser anulada, pois a demanda seguiu o rito sumaríssimo.
- b) a sentença deve ser anulada, tendo em vista a flagrante violação do amplo direito de defesa, pois a Fundação poderia ouvir até seis testemunhas.
- c) a sentença deve ser anulada, pois não se aplica o rito sumaríssimo à hipótese.
- d) a anulação depende do entendimento do Tribunal Regional do Trabalho respectivo, pois o rito sumaríssimo é facultativo na hipótese.

Questão 77

Em sede de reclamação trabalhista proposta por Belinha, o valor da causa foi estipulado em R\$ 200.000,00. Durante a tramitação processual, as partes celebraram um acordo judicial no valor total de R\$ 120.000,00, sendo convencionado que as custas processuais seriam pagas pela empresa reclamada.

Nesse caso, as custas processuais devidas pela empresa são de

- a) 2% sobre o valor da causa.
- b) 2% sobre o valor do acordo.
- c) 1% sobre o valor do acordo.
- d) 1% sobre o valor da causa.

Questão 78

A empresa "X" foi notificada para comparecer a audiência em sede de Reclamação Trabalhista proposta pela ex-empregada Sacha Meneguel.

Em relação ao preposto que irá representar a reclamada:

- a) Não precisa ser empregado, por força de dispositivo legal.
- b) Não precisa ser empregado, quando se tratar de empregador doméstico.
- c) Não precisa ser empregado, mas nesse caso, as suas declarações não obrigarão o proponente.
- d) Deve ser empregado ou gerente que tenha conhecimento dos fatos.

Questão 79

Camilo, Tereza e Júnior trabalharam no escritório MetaContabil Ltda. Após um ano de contrato, todos foram desligados da empresa e procuraram um mesmo advogado, para ingressar com Reclamação Trabalhista quanto aos seguintes haveres: Camilo diz que não recebeu as verbas rescisórias, Tereza informa que mesmo estendendo sua jornada de trabalho por diversas vezes, nunca recebeu horas extras e Júnior diz que não recebeu o adicional noturno, embora por vezes laborasse no período da noite.

Diante da situação retratada, e de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Devido aos pedidos serem distintos, não será possível a interposição de reclamação plúrima.
- b) Como a demanda será proposta contra o mesmo ex-empregador, caberá a interposição de reclamação plúrima.
- c) Quanto aos pedidos de hora extra e adicional noturno, poderá ser por reclamação plúrima, mas não quanto ao pedido das verbas rescisórias não recebidas.
- d) Quanto aos pedidos de verbas rescisórias e adicional noturno, poderá ser por reclamação plúrima, mas não quanto ao pedido de hora extra não recebidas, postulado por Tereza.

Questão 80

Em reclamação trabalhista promovida por Maria do Céu, beneficiária da justiça gratuita, houve a realização de perícia técnica para verificação da exposição da reclamante a agentes insalubres e a referida perícia foi negativa, de modo que em sentença o Juízo julgou improcedente o pedido de adicional de insalubridade e condenou a reclamante ao pagamento dos honorários periciais. A partir dessa assertiva, com relação aos honorários periciais, é correto afirmar que são devidos pela

- a) União, de forma solidária, vez que a reclamante é beneficiária da justiça gratuita.
- b) Reclamante, sem possibilidade de parcelamento, vez que é beneficiária da justiça gratuita.
- c) União, mesmo que a outros créditos deferidos à Reclamante, sejam suficientes para suportar o pagamento.
- d) Reclamante, vez que foi sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia

OAB